

Itália - 1968: movimento estudantil e conflito social

Achille Lollo*

Resumo

O artigo aborda o desenvolvimento das lutas estudantis desde 1967, no contexto do controle da Itália pelo grande capital e pelo imperialismo, segundo os acordos de Yalta, sancionados pela direção do Partido Comunista Italiano. Aborda as raízes teóricas e sociais do surgimento de nova esquerda, revolucionária e antiparlamentarista, nos anos 1967-69, e a estratégia de terror e o golpismo implementados pelo Estado e pelo imperialismo no combate desse processo.

Palavras-chave: Itália. 1968. Revolução italiana.

Na primeira semana de janeiro de 1968, sem nenhuma ligação com o movimento estudantil francês, começaram em Roma e Milão os protestos contra a reforma do ensino promovida pelo governo de centro-esquerda, dirigido pelo democrata-cristão Aldo Moro. Lideraram as manifestações os “coletivos estudantis” das escolas de segundo grau Castelnuovo e Mamiani, de Roma, e Parini, de Milão, que, ao invés de dialogar com os representantes do Ministério da Educação, promoveram as primeiras ocupações das escolas e realizaram “as assembleias permanentes abertas ao território”, que não

* Jornalista e ensaísta especializado em política internacional, nasceu em Roma, em 1951, militando quando estudante no grupo Potere Operaio. Vive há muitos anos no Rio de Janeiro, onde foi editor das revistas *Nação Brasil*, *Conjuntura Internacional* e *Crítica Social*. Colabora atualmente com o jornal *Brasil de Fato* e é diretor da produtora de vídeo TV Adia e do site www.porta-popular.org.br

se limitavam a criticar a essência elitista do ensino superior na sociedade capitalista italiana. Ao reivindicar um espaço aberto no território, os estudantes secundaristas e os universitários da Universidade La Sapienza, de Roma, e La Statale, de Milão, colocaram na ordem do dia o debate sobre o sistema capitalista italiano e sua dependência internacional.

Quadros da esquerda sindical, lideranças dos bairros proletários, professores, intelectuais e operários desiludidos com o reformismo dos partidos da esquerda parlamentar (PCI, PSIUP, PSU) começaram a participar nestas primeiras “assembleias permanentes”, nas escolas e faculdades ocupadas. Por outro lado, a repressão policial e as represálias dos diretores contra os estudantes que militavam nos coletivos aceleraram o nascimento de um movimento de ruptura, promovido pelos estudantes, e da consciência de ser parte integrante do conflito social italiano.

Para evitar a explosão do conflito social, sobretudo nas grandes metrópoles (Roma, Milão, Turim, Gênova, Florença e Nápoles), e para tentar controlar a insubordinação operária nos perímetros industriais do norte, o governo democrata-cristão, presidido por Aldo Moro desde 1964, fez de tudo para salvar o “programa reformista” do assim chamado “centro-esquerda”, que, na realidade, nada mais foi que um

“arranjo político”, tipicamente italiano, articulado pelo setor da Democracia Cristã ligado a Aldo Moro e os socialistas e social-democratas reunidos no PSU (Partido Socialista Unificado).

Durante todo o mês de fevereiro de 1968, a universidade pública de Roma La Sapienza (nas faculdades de Magistério, Ciências Políticas, Letras, Engenharia e Química) voltou a ser ocupada pelos estudantes, que, desta vez, tiveram de enfrentar a reação orquestrada *ad hoc* pelos bandos neofascistas do MSI, chefiados pelos deputados Caradonna e Almirante (ex-membros do governo fascista de Mussolini), dos neonazistas de Ordine Nuovo, liderados por Pino Rauti (sogro do atual prefeito de Roma, Gianni Alemanno), e de Avanguardia Nazionale, cujo chefe era Stefano delle Chiaie, notoriamente ligado aos homens do serviço secreto italiano (SID). Como sempre, os neofascistas contavam com a proteção da polícia e dos carabinieri (uma espécie de Polícia Militar italiana), que se aproveitaram para desocupar com particular violência as faculdades romanas.

Na última semana de fevereiro, o movimento dos estudantes universitários e secundaristas de Roma decidiu dar uma resposta ao governo ocupando e “defendendo” a Faculdade de Arquitetura, localizada no sofisticado bairro de Valle Giulia. Essa foi a primeira

“ocupação aberta”, que apontava o “direito de organizar a defesa da assembleia”. Naqueles dias, foi igualmente publicado um manifesto que conclamava à contestação nacional da política do regime de opressão monopolizado pela Democracia Cristã e seus aliados, ditos “progressistas” (Partido Republicano, social-democratas do PSDI e socialistas do antigo PSI de Pietro Nenni). Foi nessa ocasião que Oreste Scalzone, líder da Faculdade de Magistério, propôs debater nas salas da faculdade ocupada a essência dos mecanismos de exploração do regime capitalista, convidando para participar do debate os operários da FATME e da Siemens (fábricas de produtos de alta tecnologia, localizadas nos subúrbios romanos), que naqueles dias – contrariando os sindicatos – haviam ocupado a fábrica e criado um “Comitê de base para organizar a luta dos operários”.

A resposta do governo veio nos primeiros dias de março, com a mobilização de todas as unidades da polícia de choque “Célere” e os destacamentos de carabineiros do Batalhão Padova. Quanto à mídia italiana, mobilizou-se para celebrar a “vitória do Estado democrático contra os estudantes baderneiros”. Praticamente, para o governo (e também para alguns setores da esquerda parlamentar), a retomada da Faculdade de Arquitetura tinha um significado politicamente pedagógico.

No entanto, a forte violência policial programada para desocupar a faculdade em poucas horas chocou-se com a resistência dos estudantes durante quase uma semana. Valle Giulia tornou-se o símbolo da resistência estudantil italiana e as imagens dos brutais espancamentos de estudantes veiculadas pela mídia foram o estopim de um movimento de revolta que estava amadurecendo – um movimento de revolta cuja explosão era temida pelo Comando Sul da Otan, pelos homens do governo democrata-cristão e pela maioria do Comitê Central do PCI.

A tradição de rebeldia popular e os temores estratégicos da Otan

A maioria dos dirigentes nacionais da Democracia Cristã Italiana (DCI) era formada por políticos conservadores, “amigos” das famílias mafiosas, empresários oportunistas que publicamente queriam ser considerados de direita, mas dispostos a fazer alianças também no centro-esquerda para sustentar seus governos. Contudo, a maioria da DCI era profundamente anticomunista e ligada ao pensamento estratégico da CIA e do Comando Sul da Otan, cujos responsáveis nunca acreditaram que, em caso de violenta rebelião popular, os dirigentes do Partido Comunista Italiano (PCI) e

os socialistas do PSI respeitariam os acordos de Yalta, com base nos quais a Itália e a Grécia deveriam permanecer na esfera de influência do Ocidente e ter governos “democráticos que respeitassem a propriedade privada e a religião católica”.

Era entre os generais do Comando Sul da Otan (localizado em Nápoles) que os temores eram maiores, em razão da histórica resistência armada ao nazi-fascismo organizada pelo PCI e o PSI e, sobretudo, pela capacidade de mobilização popular por parte dos sindicatos que haviam conseguido ampliar o conflito social desde o fim da década de 1950, apesar do crescimento econômico. Para os analistas da Otan, a generalização do conflito social poderia provocar o surgimento de um fenômeno insurrecional parecido com o da Grécia, onde os dirigentes do Partido Comunista, em 1948, haviam desobedecido às ordens de Stalin e “libertado” o país dos monarquistas. Diante da imobilidade da URSS, em resposta, a Inglaterra e os aliados invadiram a Grécia, expulsando os insurrectos comunistas gregos, que foram para a Albânia e para a Iugoslávia

Em Washington, os que não confiavam nas bases do PCI, do PSI e nos setores chamados “católicos de esquerda” lembravam que, quando um ex-fascista atentara contra a vida

do líder do PCI Palmiro Togliatti, em 1948, houvera uma autêntica rebelião popular, que em 48 horas desarticulava todas as estruturas de repressão do nascente Estado liberal-burguês e que não se transformara em aberta insurreição comunista com a tomada do poder apenas porque as direções do PCI e do PSI haviam permanecido imóveis, respeitando as ordens do Kremlin. Foi Scoccimarro, líder do núcleo stalinista no Bureau Político do PCI, que, da varanda do Hospital San Camillo, em Roma, pedira aos insurrectos de toda Itália “voltarem para casa, porque o camarada Palmiro Togliatti não havia sido atingido mortalmente”.

O medo da “onda vermelha” voltou em 1956, após a invasão da Hungria por parte da URSS e em razão das contínuas brigas de fronteira com a Iugoslávia. Em função disso, em 28 de novembro, o governo democrata-cristão autorizou o acordo entre o Serviço de Informação das Forças Armadas (Sifar) e a CIA para criar o “Gládio”, estrutura político-militar permanente e clandestina, preparada para iniciar a guerrilha, caso o governo caísse nas mãos dos comunistas.

A seguir, em 1959, o general De Lorenzo, chefe do Sifar, começou a amadurecer a ideia de preparar os serviços secretos e as Forças Armadas para reagirem com um golpe de estado caso os comunistas e os socialistas

conseguissem formar um governo majoritário. Para isso, os homens do Sifar montaram um esquema para fichar e espionar as lideranças políticas e sindicais da esquerda. Em 1960, a ideia do golpe de estado começou a ganhar a simpatia de algumas lideranças da direita da Democracia Cristã, entre elas Antonio Segni, que em 7 de abril convenceu a direção da DCI a aceitar os votos dos parlamentares do partido neofascista MSI para a o novo governo democrata-cristão de Fernando Tambroni.

O governo democrata-cristão teve de se demitir após três meses de sua posse, em razão das inúmeras manifestações – violentamente reprimidas pela polícia do ministro do Interior Scelba –, que, em 1º de julho, transformaram-se em autêntica rebelião popular desde o norte da península até o interior da Sicília. Naquele dia, os neofascistas do MSI, protegidos pela polícia e pelos carabinieri, tentaram realizar seu *showmício* na principal praça de Gênova, onde, em 1944, os nazi-fascistas haviam fuzilado dezenas de *partigiani*. A provocação dos neofascistas do MSI e a violência policial foram os motivos que determinaram aquela rebelião popular e espontânea contra o governo Tambroni. Cidades inteiras, como Gênova, Turim, Roma, Milão, Região-Emília, Florença, Bolonha, Nápoles e províncias no interior da Sicília, da

Puglia, da Toscana, da Úmbria e da Romagna realizaram revolta popular que não virou motim insurrecional novamente graças à intervenção dos núcleos dirigentes do PCI e do PSI, que negociaram com a DC o fim da revolta em troca da demissão do governo Tambroni.

Em 6 de maio de 1962, para eleger Antonio Segni presidente da República, a Democracia Cristã recorreu novamente aos votos dos neofascistas do MSI. Em junho, o general De Lorenzo, chefe do Sifar, assinou com a CIA um acordo sobre “ações de emergência sem autorização preventiva do governo”. A experiência da última rebelião popular, que ficou conhecida como “Julho 60”, reforçara em De Lorenzo e nos generais do Estado Maior a ideia do Sifar de organizar o golpe de estado. Em 1963, durante uma manifestação de trabalhadores da construção organizada pela central CGIL (social-comunista), foi denunciada a ação dos “grupos de ataques” criados pelo coronel Renzo Rocca do Sifar. No intuito de evitar a explosão das forças populares, a Democracia Cristã encarregou Aldo Moro (líder da corrente minoritária progressista) de compor um governo de “centro-esquerda”, com a participação dos social-democratas e dos socialistas, na condição de que Pietro Nenni e a direção do PSI aceitassem renunciar publicamente aos ideais leninistas e

abandonar a Frente Popular, construída com o PCI e o PSIUP.

Em 1964, o general Edoardo Formisano, do Serviço Informações Operativas e Situação (Sios), advertiu o Sifar de que havia vazado a informação de que alguns industriais estariam financiando a “oposição ao governo de centro-esquerda”, depositando cotas para o coronel do Renzo Rocca, que “se suicidaria” em 1968. Em 6 de junho de 1965, Randolfo Pacciardi apontava para um golpe branco ao pedir que o presidente Segni fechasse o Parlamento e formasse “um governo de saúde pública”. Três meses mais tarde, em setembro, o Sifar publicaria o livro *Guerra não ortodoxa* e, em maio de 1965, o Estado Maior do Exército organizava, em Roma, no Hotel Parco de Principi, o seminário “Guerra revolucionária não ortodoxa”, do qual, além de representantes da extrema-direita (Pino Rauti e Stefano delle Chiaie), participaram oficiais da Otan e da CIA, que relataram a experiência “preventiva” do golpe brasileiro de 1964.

Em 1965, após o golpe de estado na Indonésia e o massacre de quase trezentos mil populares comunistas, os neofascistas do MSI, liderados pelo parlamentar Giulio Caradonna, ocuparam a Universidade La Sapienza com o grito “Indonésia Italiana Já”. A polícia teve de intervir duramente para evitar o linchamento dos neofascistas,

quando a universidade foi cercada por estudantes e, sobretudo, pelos moradores dos bairros romanos de Tiburtino e Prenestino, notoriamente de esquerda. Em 16 de novembro, a revista *Espresso* recebeu um dossiê anônimo que revelava algumas operações do Sifar na preparação do golpe de estado (espionagem e fichamento de dirigentes comunistas e socialistas, de intelectuais e sindicalistas; preparação de campos de detenção, etc.). Consequentemente, o governo de centro-esquerda foi obrigado a dissolver o Sifar e, no seu lugar, criar o Serviço Informações da Defesa (SID). Na realidade, o primeiro-ministro Aldo Moro fez isso somente para acalmar os manifestantes, pois os homens e as estruturas golpistas do Sifar passaram a integrar o SID. O general De Lorenzo que deveria ser inquirido pela Justiça, foi logo eleito deputado nas fileiras do partido monarquista e, desse modo, o “progressista” Aldo Moro conseguiu fechar uma página tétrica da história italiana que continuaria reproduzindo seus mistérios golpistas por mais 15 anos.

Em 1966, a CIA preparou o “Plano Caos”, pelo qual pretendia se infiltrar em todas os partidos e as organizações de extrema esquerda europeias. Na Itália, o SID foi a principal antena do plano da CIA. Em 21 de abril de 1967, a CIA e a Otan autorizaram os coronéis Zoitakis e Papadopoulos a

realizar um golpe de estado na Grécia para impedir que o Partido Socialista (PASOK), de Andrea Papandreu, formasse um governo de centro-esquerda. Para os estrategistas da Otan, o golpe na Grécia e as dificuldades manifestadas pelos regimes franquista na Espanha e salarazista em Portugal, aumentavam a importância estratégica da Itália, que logo seria considerada a “peça-chave na geoestratégia do Ocidente no Mediterrâneo”.

Por outro lado, a explosão do conflito em Israel, a firme posição anti-Otan e anti-EUA de Iugoslávia e da Albânia, a penetração da URSS no mar Mediterrâneo para apoiar os líderes do nacional-socialismo árabe (Nasser no Egito, Boumedien na Argélia) e a Revolução Verde de Gheddafi na Líbia induziram os serviços secretos italianos, a direita, grande parte da Democracia Cristã, setores empresariais e até representantes do Vaticano a aceitar a ideia da extrema direita da necessidade de esboçar propostas “para saber como manter na Itália um Estado, católico e capitalista, diante do possível ataque da onda vermelha que desde 1960 estimulava o conflito social para ter condições de atacar o Estado e as Forças Armadas”, um conceito elaborado pelo neonazista Pino Rauti, de Ordine Nuovo, e pelo agente do SID, Guido Giannettini, que, em 1966, publicara o livro *As mãos vermelhas sobre as Forças Armadas*.

Esse contexto geral era de conhecimento da esquerda italiana. Quando em janeiro de 1968 começaram as primeiras manifestações dos estudantes em Roma e Milão, foi logo denunciado o conúbio entre uma parte do Estado e os neofascistas. Mesmo tendo informações privilegiadas sobre os projetos de golpe, o Bureau Político do PCI, as direções do PSI e do PSIUP e da central CGIL insistiam com suas bases em “não responder às provocações dos neofascistas”.

Essa posição se chocava com a dos estudantes e dos setores mais populares e combativos da esquerda, como os sindicatos dos ferroviários, da construção, dos trabalhadores rurais, dos correios, das federações de metalúrgicos, petroquímicos, etc. Mais especificamente, os coletivos de estudantes universitários e secundaristas viam na mobilização antifascista a única forma de impedir a realização do golpe e, em 16 de março, os coletivos dos estudantes da Universidade La Sapienza, de Roma, realizaram uma ação inédita, declarando o fim dos Parlamentos Acadêmicos e expulsando do movimento estudantil todos os grupos ou associações ligados à direita. Em algumas faculdades e escolas de segundo grau, os estudantes foram mais radicais e impediram a entrada física nos estabelecimentos dos conhecidos *Picchiatori Fascisti* (estudantes membros dos grupos paramilitares neofascistas).

Em quase todas as grandes cidades italianas, o enfrentamento entre estudantes e as forças repressivas do Estado iniciara desde janeiro de 1968, praticamente cinco meses antes que os estudantes franceses ocupassem as faculdades da Sorbonne, em Paris, em maio de 1968. Quando, em junho daquele ano, *Le Mouvement* francês recuou em função dos acordos espúrios negociados entre o governo De Gaulle e os partidos e centrais sindicais de esquerda (PCF, OS e CGT), na Itália a onda de ocupações e de manifestações estudantis ampliou-se, apesar dos violentos choques com a polícia.

O jornal *Corriere della Sera*, na sua edição de 1º de junho, alertava o governo (e o povo da direita) sobre o fato de os estudantes de Roma terem mantido empenhados polícia e carabinieri durante quase 18 horas no bairro de Campo de Fiori com “operações de guerrilha urbana alimentada com o lançamento de centenas de coquetéis Molotov”.

A verdade é que, no início do verão de 1968, a repressão policial e as centenas de processos judiciais não conseguiram parar as ocupações e as manifestações dos estudantes, que, com mais frequência e capacidade de mobilização, ocupavam os centros das cidades envolvendo nos protestos também trabalhadores, sobretudo jovens.

Em 8 de junho, os estudantes ocuparam a gráfica do jornal *Corriere della*

Sera, que normalmente defendia a violência da polícia, e no dia 20 as cidades de Pisa e Trieste pararam em razão da “greve municipal” proclamada contra a violência policial, a política do governo e os ataques dos neofascistas.

Apesar das tentativas pacificadoras dos dirigentes e intelectuais do PCI do PSI, esse panorama de lutas ampliou potencialmente as vertentes do conflito social, capítulo introdutório do célebre “Outono Quente de 1969”, quando os operários entraram em cena para exigir mudanças concretas.

A resposta do Estado a essa situação foi a “estratégia da tensão”, planejada pelos homens do SID (serviço secreto), que armaram os grupos da extrema-direita (Fronte Nacional, Ordine Nuovo e Avanguardia Nazionale) para que criassem um contexto de guerra de baixa intensidade com os objetivos de atacar fisicamente lideranças e membros dos Coletivos de Luta e Comitê de Base; armar atentados terroristas em trens e locais públicos para provocar o terror na sociedade; fazer com que uma parte da mídia responsabilizasse os anarquistas e a esquerda extraparlamentar pelos atentados; utilizar o terror para operar uma divisão estratégica na esquerda.

Para obter melhores resultados, os articuladores da estratégia da tensão permitiram que Junio Valerio Borghese, ex-líder fascista, em 8 de dezembro de 1969, tentasse um golpe

de estado, que pouco antes o próprio SID denunciara, apresentando o governo democrata-cristão como “salvador da pátria”.

O medo do golpe de estado provocou efetivamente uma divisão na esquerda, entre os que optavam por uma inserção no sistema liberal-burguês e os que perseguiam a lógica leninista da ruptura revolucionária. O movimento estudantil de 1968 foi o grande celeiro dessa esquerda revolucionária, que, a seguir, seria violentamente combatida pelo Estado e pelo então PCI.

Em setembro de 1974, o ex-primeiro ministro Giulio Andreotti, da DC, diante da Comissão Justiça, revelou que a extrema-direita apadrinhara três tentativas de golpe, sempre denunciados pelo SID poucos dias antes de sua realização. A partir de 1968, as tentativas de golpe de estado preventivo foram cinco, todas amplamente documentadas pela imprensa e, por isso, muito mais pedagógicas que um golpe efetivo.

Esse contexto político foi criado artificialmente para reforçar ainda mais o papel central da DC na condução do Estado, manipulando, por isso, a opinião pública com a tese de que a DC era a principal vítima política dos “extremos extremismos”, isto é, dos movimentos e partidos da esquerda extraparlamentar e dos grupos paramilitares dos nazi-fascistas.

O movimento estudantil e os intelectuais

Jean Paul Sartre, que vivera intensamente o Maio de 68 na França, declarava, um ano após os acontecimentos, para a famosa revista estadunidense *New Left Review*:

Eu estou convencido que a guerra no Vietnã foi o que fez desencadear o Maio de 68. De fato, para os estudantes que iniciaram o Movimento de 68, o significado de criticar a guerra no Vietnã não foi só uma tomada de posição em favor da FNL e do povo vietnamita agredido pelo imperialismo estadunidense. O principal efeito que essa guerra produziu nos militantes europeus e estadunidenses foi de ter ampliado o campo do possível. Antes, parecia impossível que os vietnamitas pudessem resistir à formidável máquina de guerra dos EUA. Todavia, tudo aquilo que eles fizeram serviu para mudar o ponto de vista de muitos, entre os quais os estudantes franceses. E estes, ao olhar o Vietnã, descobriram que havia possibilidades desconhecidas até então. De fato, não podemos saber se algo é impossível até ter tentado e não ter conseguido. Esta foi uma descoberta importantíssima, rica de potencialidades que para o Ocidente foi um fator revolucionário [...].

Pier Paolo Pasolini, o grande intelectual que, em 1968, estava inscrito no PCI, depois da batalha campal de Valle Giulia, o qual as manchetes de muitos jornais de direita imortalizaram com o apedrejamento de policiais ou com a fuga desordenada de carabineiros

diante dos primeiros coquetéis Molotov, publicou um poema no jornal do PCI, *L'Unità*, declamando amor e sentimentos em favor do “pobre policial, filho do proletariado do Sul, que veste o uniforme de policial para defender o Estado democrático, enquanto é agredido por estudantes pequeno-burgueses que rejeitavam a escola”.

A seguir, em 15 de junho, na revista *L'Espresso*, Pasolini publicaria outro polêmico poema, que iniciava com uma frase terrível: “Odeio vocês, caros estudantes por serem filhos de papai que atacam os pobres policiais, filhos do povo.” Pasolini, que alguns anos mais tarde pediria desculpas por essas declarações, representava o pensamento típico dos intelectuais ligados ao PCI, bem como o posicionamento político da maioria dos dirigentes daquele partido para com o movimento estudantil.

O ódio de Pasolini pelos estudantes não se devia a terem apedrejado os “filhos do povo” com uniformes e cassetetes de policiais. Seu ataque público e o de vários teóricos do PCI (como Amendola e o próprio Napolitano – hoje presidente da República italiana) se explicam porque a explosão do movimento estudantil colocava no cenário da esquerda italiana um novo sujeito político, que, ao rejeitar o Estado democrático burguês, recusava a mediação dos partidos da esquerda parlamentar por serem su-

bordinados e inseridos na ordem e no fetiche do partidarismo eleitoral do Estado capitalista.

O movimento estudantil foi logo criticado pelo PCI como “extremismo infantil e agente da provocação”, na tentativa de tornar pouco credíveis os que, nas “assembleias abertas ao território”, diziam que o horizonte das lutas estudantis era o comunismo, entendido como movimento real, que acabaria com a divisão social do trabalho. Para os estudantes, o comunismo não era mais representado pela burocracia partidária da URSS ou do PCI: era o programa de uma mudança política e social, cuja primeira necessidade era a igualdade, entendida como objetivo final e racional da sociedade.

Pretendia-se a igualdade não apenas do ponto de vista ideológico, mas também na prática, na vida real, inclusive porque a igualdade de todos perante a lei era objeto do próprio artigo 3º da Constituição italiana, argumento que nas assembleias estudantis aprofundou ainda mais o debate, já que questionava os que, na sociedade, definiam o conceito de lei e a classe que organizava o Estado, aplicando a lei apenas em seu favor. Para os estudantes, a primeira consequência disso era que a lei era um produto de controle social contra o qual deveria explodir a luta de classe para restabelecer o conceito de igualdade.

Foi nesse contexto que, a partir de abril de 1968, os coletivos de estudantes das Universidades La Statale de Milão e La Sapienza de Roma introduziram nos longos debates das assembleias as novas temáticas teóricas, relacionadas com a miséria da divisão social do trabalho e a consequente luta pela igualdade, que, inevitavelmente, rejeitava a transição reformista, optando pela construção da ruptura no território junto às massas desfavorecidas e exploradas pelo chamado neocapitalismo italiano. Iniciava-se o movimento para a descoberta de novos valores, que declaravam acabadas as desigualdades produzidas pela riqueza e pela origem étnica, social, cultural e sexual.

O movimento e suas lutas não foram apenas instrumento para contestar o governo da Democracia Cristã. Foram, sobretudo, um momento coletivo de construção de uma nova escala de valores, por meio da política coletiva, da realização de assembleias abertas e, sobretudo, do “fazer junto as coisas que parecia justo realizar”.

Foi nesse contexto que o movimento começou a reformular a própria figura do estudante universitário, que, em 1968, tal como Pasolini escrevera, ainda era visto como o filho de uma rica burguesia iluminada, mas também elitista. A presença e a continuidade nas lutas desse novo sujeito político transformaram sua essência social e clas-

sista, com a aceitação de um horizonte igualitário que obrigou os estudantes a se livrarem de suas heranças classistas para atingir a condição ideal do comunista e, portanto, entrar no vivo das lutas sociais existentes no território.

É necessário lembrar que todos os coletivos do Movimento Estudantil, logo após ter realizado sua primeira luta que o identificava politicamente, procuraram os sujeitos políticos do território social para integrar as lutas dos estudantes no cenário do conflito social. Essa prática levou a que os estudantes de 68, em pouco tempo, construíssem uma relação direta com os trabalhadores das fábricas, com os proletários que lutavam pela qualidade de vida nos subúrbios metropolitanos ou contra a arbitrariedade da polícia e dos grupos neofascistas ou pelo respeito e liberdade sexual das mulheres.

A ruptura com o Estado e com o reformismo de esquerda

O desejo de ruptura dos estudantes foi, sobretudo, uma descoberta ideológica, alimentada pela história das lutas e das rebeliões populares, na qual os militantes comunistas e socialistas tiveram um papel preponderante. Em segundo lugar, interveio um elemento político e sociológico, talvez o mais determinante, que operou como contraponto sociopolítico entre duas ge-

rações e duas maneiras de entender o desenvolvimento do Estado e da sociedade.

Os homens de esquerda que sofreram com o fascismo, que vivenciaram os dramas da Segunda Guerra Mundial e que participaram do *referendum* entre monarquia e república acreditavam cegamente que o novo Estado liberal-burguês italiano seria de fato democrático e que, portanto, deveria ser defendido e ajudado na sua reconstrução. Nessa visão pesava o conceito stalinista do PCI e sua aceitação silenciosa do Tratado de Yalta, que praticamente retirava ao PCI e ao próprio movimento de esquerda o direito de governar o país. Foi uma castração diplomático-institucional que levou o PCI a olhar para a Democracia Cristã com “ódio e amor” tanto que, em 1976, Enrico Berlinguer lançou o compromisso histórico com a DC, com a específica tarefa de salvar o Estado e o capital, atacados pela insubordinação operária promovida pelo extremismo de esquerda (Comitês Unitários de Base, Autonomia Operária) e pelas novas vertentes da luta armada (Brigadas Vermelhas, Primeira Linha, etc.).

A crítica dos estudantes ao Estado e, conseqüentemente, ao regime da DC era feita a partir de trabalhos de análise elaborados em sua maioria pelos teóricos ou pesquisadores que, já em 1964, estavam fora do PCI e do PSI.

Foram, então, os *intellettuali fuoriusciti* (intelectuais que abandonaram os grandes partidos de esquerda) que, ao formular novas teorias e estudos analíticos sobre o neocapitalismo italiano, constituíram os elementos formativos do movimento estudantil e, conseqüentemente, em 1969, da Nova Esquerda Italiana, que rejeitou o reformismo e o parlamentarismo burguês.

O primeiro elemento dessa crítica atacava o crescimento econômico italiano (que entre 1952 e 1962 alcançou a surpreendente média anual de 6%) por não ser um desenvolvimento tecnológico amplo, com produtos de primeira linha, mas, sim, um conjunto de subprodutos modernos, adaptados às condições da pobreza italiana. Foi um crescimento industrial determinado apenas pela massificação exploradora de uma mão-de-obra barata e desqualificada, introduzida nas linhas de montagem industrial em função de seu baixo custo, não da capacidade de trabalhar alta tecnologia. Por exemplo, o famoso centro da *industria bianca*, de Treviso, especializado na montagem de geladeiras e máquinas de lavar, dominou o mercado europeu e mundial não pelas soluções tecnológicas, mas pela simplicidade e, sobretudo, pelo baixíssimo custo de sua mão-de-obra, a tal ponto que várias multinacionais, sobretudo a Electrolux, renunciaram a produzir eletrodomésticos para as

classes populares europeias, passando a encomendar da Candy, Castor e outras empresas italianas os motores e as peças para suas sofisticadas geladeiras e máquinas de lavar destinadas ao mercado estadunidense.

O mesmo aconteceu com a Fiat, que prosperou produzindo automóveis populares para o mercado italiano (500 cc; 600 cc; 850 cc), jamais conseguindo competir com a Porsche, a BMW, a Mercedes ou a Citroen nos modelos mais rentáveis para as classes mais abastadas. Em 1969, a Alfa Romeo e a Lancia praticamente estavam à beira da falência e o governo teve de intervir para reestruturá-las e, a seguir, entregá-las à Fiat, que as recondicionou para a produção de carros para a classe média mais abastada. Esse tipo de desenvolvimento contou com uma mão-de-obra barata que deixara em massa a agricultura pobre do sul e que, ao se empregar nas cidades industriais do Norte, não encontrou o sonhado clima de solidariedade e de bem-estar social.

Vulgarmente chamados de *terroni* (homens da terra), os imigrantes chegados de Nápoles, de Palermo e das localidades mais atrasadas do interior da Calábria, da Pulha, da Sicília e da Sardenha receberam um tratamento social discriminatório, parecido com o que os franceses dos subúrbios de Paris e de Marselha reservavam aos imigrantes árabes empregados nas fá-

bricas ou nas cidades para realizar os trabalhos mais humildes.

Entre 1952 e 1962, nos primeiros dez anos do “Milagre Econômico”, em toda a Itália, o número de trabalhadores da agricultura passou de 7.663.000 para 5.430.000. Enquanto isso, no mesmo período, os trabalhadores da indústria cresciam de 5.720.000 para 7.991.000 e os do setor de serviços aumentava seu empregados de 4.681.000 para 6.368.000. É importante lembrar que a imigração do sul para o norte não foi homogênea, visto que se centralizou apenas no triângulo industrial Gênova-Turim-Milão e no polo petroquímico de Ravenna e, sobretudo, de Marghera.

Em 1961, a cidade de Milão aumentou sua população em 24%, ao passo que Turim (“capital” da Fiat) registrava uma alta populacional de 43% – um desenvolvimento não acompanhado por crescimento socioestrutural das cidades, cujas administrações minimizavam as necessidades dos novos moradores (moradia popular, lazeres e serviços). Tratou-se de um desenvolvimento caracterizado pelo enriquecimento desproporcional de uma nova burguesia “empreendedora” e vulgar, apadrinhada pelo poder democratacristã e pelos clãs mafiosos, que começavam a estender seus tentáculos na administração do Estado. Nas grandes cidades industriais do norte surgiram

os novos guetos da pobreza, que no fim da década de 1970 iriam se tornar o local ideal para a afirmação do crime organizado.

Quando os estudantes começaram a contestar a essência classista do Estado democrático, tão idolatrado por Amendola, Napolitano, Longo e pelo jovem Berlinguer, em razão da reintrodução dos direitos e das liberdades que o fascismo vetara por vinte anos, ocorreu um movimento de ruptura com a lógica da burocracia do Partido Comunista e da central sindical CGIL, que encontrou como aliado apenas os setores mais politizados do movimento operário do Norte e do Centro do país – os mesmos que, em 1969, seriam protagonistas das ocupações das fábricas e das lutas pelo Estatuto dos Trabalhadores e pelas 36 horas de trabalho.

Os “Cadernos Vermelhos” e os marxistas da nova esquerda

Para o Movimento Estudantil italiano, do ponto de vista político e antropológico, a Itália encontrava-se em uma complexa fase de transição, isto é, um país que, pelo atraso de alguns setores, podia ser considerado ainda pobre, mas que, por outros, já participava da abundância eletiva e elitista do capitalismo avançado.

Esse contexto encontrava nos estudantes um terreno fértil para a “re-

jeição” do novo modelo de sociedade consumista, alimentando a contestação da cultura iluminista do gradualismo científico e tecnológico. Foi na negação do consumismo que os estudantes encontraram espaço para rejeitar a moral católica e, sobretudo, o consumismo sexual, no qual a mulher é considerada um simples objeto de consumo. Talvez a questão do resgate da figura e do papel da mulher na sociedade tenha sido o único argumento que encontrou compreensão na esquerda reformista, que, por sua parte, fez de tudo para se apropriar das temáticas feministas com evidentes objetivos eleitorais.

O crescimento do PCI na década de 70, no momento em que o conflito ideológico com a esquerda extraparlamentar atingiu profundos níveis de inimizade política, deveu-se sobretudo ao voto das mulheres, em razão das batalhas que o PCI levantou no Parlamento para o reconhecimento dos direitos trabalhistas da mulher e, a seguir, por construir uma inteligente campanha pelo divórcio, que em 1975 se tornou vitoriosa.

A crítica à moral católica, ao consumismo e aos comportamentos discriminatórios não foi inventada pelo Movimento Estudantil. Simplesmente foram introduzidos nos debates das assembleias abertas como “elementos de trabalho para a definição de novos

conceitos políticos e de crítica política”, que, a partir da década de 1960, começaram a circular na esquerda italiana em função da divulgação do trabalho de pesquisa dos vários centros de análise marxista – evidentemente desligados dos departamentos culturais do PCI e do PSI.

Conforme testemunhou Alfonso Iacono no especial sobre 68 do jornal *Il Manifesto*,

os centros de análise marxista italianos estavam procurando refletir sobre as mudanças sociais e econômicas. Também procuravam uma resposta sobre os efeitos produzidos com os cruzamentos conjunturais da condição histórica internacional com os processos de ajustamento modernizadores da economia, bem como na sociedade italiana. Tudo isto, em um contexto onde a atenção teórica em direção da ideologia alimentou um imaginário tão forte que o mesmo começou a bater de frente com um sistema determinado pela expansão da mídia e que, ao mesmo tempo, era controlado em modo arcaico por uma sociedade que queria mudar seus costumes visto que seu modelo de vida também se estava transformando.

A nova vertente do marxismo italiano não teve origem no tradicional historicismo marxista, nem foi um produto de importação que parafraseava as teorias da escola de Frankfurt ou de Althusser ou de Etienne Balibar. Foi, sim, o conjunto de pesquisas, relatórios de campo, reflexões críticas, análises setoriais que desde 1963 – isto é, quan-

do o PSI entrou na área de governo com o dito centro-esquerda da DC de Aldo Moro – começaram a ser publicados pela revista de Renato Panzieri *Quaderni Rossi* (Cadernos Vermelhos). Assim, em 1968, toda a produção intelectual dos novos teóricos marxistas italianos, bem como a interpretação dos fenômenos críticos internacionais, era regularmente analisada e publicada por aquela prestigiosa revista, que, logo, tornou-se o farol teórico de todos os setores do Movimento Estudantil.

Foram protagonistas ou colaboradores os principais representantes do pensamento crítico marxista italiano, tais como Alberto Asar Rosa, Bianca Becalli, Emilio Agazzi, Emilio Pugno, Franco Frontini, Goffredo Fofi, Liliana Lanzardo, Luciano della Mea, Mario Megge, Mario Tronti, Massimo Pacinas, Michele Salvati, Sergio Garavini, Toni Negri e Vittorio Foa. Com esse potencial intelectual, a revista conseguiu produzir profundos artigos de análise sobre os processos que definiam a construção do chamado “neocapitalismo italiano” e interpretar criticamente o conceito de novo planejamento capitalista que, na época, era implantado nas fábricas para se estender aos diferentes setores da sociedade.

Foi nesse âmbito que apareceu a chamada “contra-informação”, que, depois, em 1969 e 1970, seria determinante para denunciar as tramas golpistas

do neofascismo e a chamada *Strage di Stado* (Massacre de Estado), com que grupos de pesquisadores, jornalistas e advogados militantes denunciaram o complô dos serviços secretos, que iniciaram a atacar o movimento popular com o uso indiscriminado do terrorismo neofascista.

Outro importante argumento da revista que fascinou os estudantes de 68 foram as análises sobre a formação de uma nova classe operária, que, com o desenvolvimento tecnológico e o uso massivo da imigração, era apresentada como o conjunto do *operaio-massa* (operário-massa). O capital italiano introduzira uma nova divisão do trabalho, limitando a participação na linha de montagem do antigo “operário especializado”, identificado como “aristocracia operária, sindicalizada e defensora do trabalho assalariado”, que o capital fez de tudo para expulsar da linha de montagem ou transformar em chefe de controle da produção, tornando-o um defensor dos novos tempos e ritmos de exploração fixados pelo capital para o “operário-massa” na linha de montagem industrial.

Outra questão crítica relacionada pela revista era o papel do sindicato como “correia de transmissão” do partido (PCI e PSI), que considerava o trabalho um elemento necessário e coerente nas suas relações políticas no Estado democrático.

Ao reivindicar a autonomia operária, a revista voltava a trabalhar o Marx dos *Grundrisse* e do *Capital*, apontando que a *centralidade operária* não deveria mais propor uma estratégia de alianças que os submetessem aos outros setores sociais, muitos deles da esfera dominante, deixando à própria classe operária o direito de construir a nova condução da política, como elemento decisivo das novas e renovadas lutas contra as formas de acumulação capitalista. A nova classe operária que a revista vinha apresentando ao analisar o desenvolvimento do neocapitalismo italiano deveria elaborar uma estratégia cujo objetivo era, antes de tudo, a recomposição social e, a seguir, o alastramento do “poder operário”, que da fábrica empurrava sua intervenção no território, juntando as lutas para a reformulação do saber com aquelas que atacavam a reorganização do trabalho assalariado.

Para o Movimento Estudantil, os *Cadernos Vermelhos* foram uma espécie de Evangelho, visto que, se, por um lado, simplificavam o quadro histórico social, por outro, atualizavam os antagonismos e as contradições sociais que, a partir de 1967, começaram a aflorar no seio do neocapitalismo italiano, não tanto como condição específica do tipo de desenvolvimento, mas, sobretudo, como qualificação sociopolítica de seu atraso e de dependência estratégica do capital internacional.

É difícil pensar o 68 italiano sem a introdução histórica das lutas e das revoltas populares iniciadas com “Julho 60”. Diferentemente do que afirmam hoje os críticos do “folclore político e degenerativo do 1968” nos principais jornais italianos (*Corriere della Sera* e *La Repubblica*), é absolutamente incorreto pensar na evolução política e ideológica do Movimento Estudantil de 1968 sem considerar o acúmulo teórico produzido pelos novos centros de análise marxista e divulgado em forma de apostilas pelos coletivos estudantis ou em sofisticadas revistas, como os *Quaderni Rossi* e os *Quaderni Piacentini*, que editores como Renato Panzieri e Savelli tiveram a coragem de publicar ao longo de muitos anos e que foram a base teórica de tudo o que aconteceu em 1969 com o chamado “Outono Quente do Movimento Operário”. A explosão do Movimento Estudantil, em 1968, e sua integração nas lutas operárias, de 1969, foram consideradas um drama para o neocapitalismo italiano e, também, por seus aliados da esquerda reformista, que logo tentaram definir esse processo como uma “anomalia histórica”.

O caso da rebeldia estudantil seguido pela revolta operária foi um traumático processo de crescimento da própria esquerda e de mudanças conceituais, no qual, sem soluções, as novas contradições sociopolíticas se somavam às velhas, que o reformismo

de esquerda havia silenciado durante uma década.

Résumé

Italia, 1968: mouvement étudiant et conflit social

Cet article aborde le développement des luttes étudiantes en Italie, depuis 1967, dans le contexte du contrôle du pays par le grand capital et l'impérialisme, en fonction des accords de Yalta sanctionnés par la direction du Partit Communiste Italien. Il traite également des racines théoriques et sociales du surgissement de la nouvelle gauche, révolutionnaire et anti-parlementariste, au cours des années 1967-1969, ainsi que de la stratégie de la terreur et du golpisme que l'Etat et l'impérialisme mirent sur pied pour combattre ce processus.

Mot clé: Italia. 1968. Révolution italienne.

Bibliografia

ALESSANDRO, Bertante. *Contro il '68: la generazione infinita*. Milano: Agenzia X, 2008.

BASCETTA, M. et al. *Enciclopedia del '68*. Milano: Manifestolibri, 2008.

CAPANNA, Mario. *Formidabili quegli anni*. Milano: BUR, 1998.

DOCUMENTI del Collettivo degli Studenti del Liceo Scientifico. Roma: Guido Castelnuovo, 1968-1969.

IL MANIFESTO, Roma, Collezione Speciale, jun. 1968. (Edição em PDF set. 2008).

IL 1968. *La Repubblica*, set. 2008.

IL POTERE operaio del Lunedì. *Il Potere Operaio*, 20 out. 1969.

INGRAO, Pietro. *Crisi e terza via*. Editori Riuniti, 1978.

LA STRAGE di Stato: controinchiesta. Roma: Samoná e Savelli, 1970.

LUCARELLI, Carlo. *Piazza Fontana*. Torino: Einaudi, 2007.

MASSARI, Roberto. *Il '68: come e perché*. Bolsena: Massari, 1998.

NEGRI, Antonio. *O poder constituinte: ensaio sobre as alternativas da modernidade*. Trad. de Adriano Pilatti. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

NEGRI, Toni. *Operai e Stato*. Milano: Feltrinelli, 1972.

RESENHA sobre 1968 na Itália. *Corriere della Sera*, out. 2008.

REVISTA *Quaderni Piacentini*, Piacenza, n. 3, 1969.

REVISTA *Quaderni Rossi*, Torino, n. 1 a 6, 1961-65.